

Do centavo ao milhão, toda doação é bem vinda

Deposite na conta LULA PRESIDENTE

BANCO DO BRASIL Agência: 3323-5 Conta: 2000-1	ITAÚ Agência: 0737 Conta: 30950-0
BRADESCO Agência: 515-0 Conta: 27777-0	BANESTADO Agência: 062 Conta: 36013-9

Do centavo ao milhão, toda a contribuição é bem vinda, inclusive de pessoas jurídicas. Queremos o maior número de contribuintes para a campanha presidencial da União do Povo-Muda Brasil.

Por quê? Porque quanto maior for esse número, menor é a dependência com cada um deles. Além disso, maior é o apoio popular.

Para atingir esse objetivo, foi criado um leque de opções àquelas que pretendem fazer contribuições, além do Fundo Partidário, diz Clara Ant, tesoureira da campanha.

Fundo Partidário, que é composto por muitas eleitorais, recursos do orçamento e doações de pessoas jurídicas.

Quem deposita nesse fundo colabora para a democracia e a justiça eleitoral, já que ele é dividido entre os vários partidos, de acordo com o tamanho de suas bancadas no Congresso Nacional.

“Não há toma lá, dá cá. É o processo eleitoral que sai ganhando. Esse seria o mi-

lhão”, diz Clara.

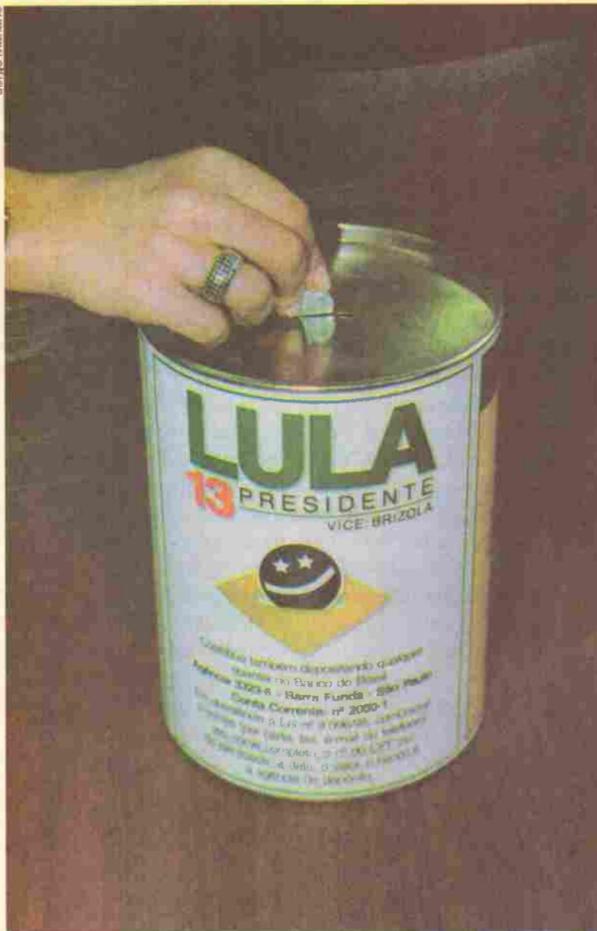
Já os centavos viriam daqueles que apóiam Lula. Cada centavo é importante. “Costumo dizer que, em cada família, existe pelo menos uma pessoa que apóia o Lula. Se ela contribuir, já está ótimo. Mas, para isso, é preciso criar uma nova cultura no eleitor, que ele está acostumado a ver o contrário, ou seja, a compra de voto”, afirma Clara.

Para esse contribuinte, a campanha oferece uma série de opções:

Cofrinhos, com os quais ele pode arrecadar moedas em festas, na escola, entre os amigos, num ponto de ônibus, numa porta de fábrica etc. Uma moeda já ajuda e muito. Existem três tamanhos de cofrinhos.

Disque 0900-110765, que estará disponível a partir de 18/08, para doar R\$ 5,00. “Ficaremos felizes se as pessoas fizerem duas contribuições, em agosto e setembro”, diz Clara.

“Solicitamos também que todos os candidatos da União do Povo-Muda Brasil divulguem esse número em seus materiais



Recolha contribuições de amigos, parentes, colegas de escola, em portas de fábrica etc...



Clara Ant, tesoureira da campanha presidencial da União do Povo-Muda Brasil

de campanha”, continua.

Caderno Amigo é pra essas coisas, ou “o cofrinho do escritório”. Os contribuintes deixam seus nomes, endereços, número de documento etc. São ideais para escritórios de arquitetura, pequenas empresas etc., já que têm espaço para 20 contribuições.

Contas nos bancos que têm mais agências no Brasil. Os con-

tribuintes podem inclusive fazer transferências diretas pelo computador, via Internet. Os números das contas já estão na página da campanha, cujo endereço é www.lulanet.org.br.

Cartas-correntes. Cada pessoa relata a situação de desigualdade entre Lula e FHC criada com a reeleição, o uso da máquina, o abuso do poder econômico etc. Depois, faz sua contri-

buição e envia a carta para, por exemplo, mais cinco conhecidos, que procederão da mesma forma, e assim por diante.

A campanha não irá fazer festas ou jantares para arrecadar recursos. Mas aceita que outros candidatos, a senador, governador, deputado federal ou estadual, destinem parte dos recursos arrecadados por meio destes instrumentos para a cam-

panha do Lula, diz Clara.

“Finalmente, conversaremos com empresários para que contribuam diretamente para nossa campanha ou para o Fundo Partidário”, termina ela.

Encomendas de cofrinhos e do caderno Amigo é pra essas coisas podem ser feitas com Jussara, pelos telefones: (011) 259-9906, 259-0906 ou FAX (011) 259-3771.

Como seria uma campanha justa

COMPARE AS DESIGUALDADES

Comitê do Lula	Comitê de FHC
sede	sede Palácio da Alvorada Palácio do Jaburu Esplanada dos Ministérios
Gasto na campanha - Lula	Gasto na campanha - FHC
R\$ 15 milhões	R\$ 73 milhões Orçamento da União
Tempo na TV - Lula	Tempo na TV - FHC
10,02 min. / 3 dias por semana	23,36 min. / 3 dias por semana todos os telejornais

Fonte: Clara Ant

diz Clara.

Já as pessoas físicas podem fazer doações aos seus partidos e candidatos, uma vez que isso não representa interferência do poder econômico no processo eleitoral e na política do país.

Desigualdade

Tomemos como exemplo as campanhas de Lula e FHC. Segundo Clara, o gasto previsto com a campanha de Lula é de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 10 milhões no primeiro turno e R\$ 5 milhões no segundo.

Para a campanha de FHC foi estabelecido o limite de R\$ 73 milhões para os dois turnos. “Não somos nós que temos pouco. Eles é que têm muito”, afirma a tesoureira.

“Eu digo que uma campanha eleitoral presidencial pode ser feita com R\$ 15 milhões de reais. Só não faz uma campanha nesse patamar quem faz a disputa por outra via, que não a disputa política”, diz ela.

Claro que é preciso dinheiro para viagens do candidato, aluguel de comitê, comícios, materiais de campanha, como out-doors, panfletos, adesivos etc. Mas, segundo Clara, essas despesas são razoáveis e estão previstas no seu orçamento. “Um valor muito maior significa começar a competir no patamar do poder econômico e, aí, a injustiça passa a figurar de antemão.”

É um conjunto de idéias que

o PT persegue há muito tempo. O financiamento público esteve em pauta na última lei eleitoral e não foi aprovado por vontade da maioria que, já naquele momento, só pensava na reeleição.

Lei eleitoral

Da maneira como a atual lei eleitoral foi regulamentada, ela praticamente anula o impacto do debate político entre os candidatos. “A lei dá a quem já está no poder todos os meios e possibilidades de aparecer e transitar, inclusive nos meios de comunicação”, diz Clara.

Segundo ela, o que se tem hoje é uma presença de quem está no governo e a campanha dos outros candidatos está sendo ignorada por quase todos os meios de comunicação.

“Não estamos falando de finanças ou economia, estamos falando de política. Por exemplo, quanto custa, para nós, obtermos uma informação? E quanto custa para eles?”, pergunta ela.

Para Clara, quem está no poder, ao precisar de uma informação, a obtém imediatamente. Quem não está no poder não consegue essa informação até o dia da eleição, mesmo que mobilize muita gente para conseguí-la, porque depende dos mecanismos de produção de informações que estão no governo. “Isso prova que as desigualdades não serão anuladas somente com dinheiro.”



Em caravana, sindicalistas que apóiam Lula percorrem o Estado de São Paulo

Sindicalistas levam propostas do PT ao interior

A Federação dos Metalúrgicos da CUT foi para a rua. Melhor dizendo: para as ruas. Até agora, a caravana organizada pela Federação já percorreu mais de 92 cidades do Estado de São Paulo.

A caravana começou no dia 20 de julho em Cotia, região da Grande São Paulo e tem previsão de término para 20 de setembro. A idéia dos sindicalistas é contornar todo o Estado, passando por diversas cidades e agitando as campanhas de Lula, Marta Suplicy e Eduardo Suplicy.

Nas cidades, a caravana tem realizado atos, carreatas e panfletagens, fomentando a discussão das propostas da União do Povo - Muda Brasil e os projetos da candidata petista ao governo, Marta Suplicy.

Segundo Onofre Pasqual, o Branco, coordenador da ati-

vidade, a receptividade tem sido muito grande, a ponto de não sobrar material.

“Os primeiros cem mil boletins do Comitê Sindical que trouxemos se esgotaram nas primeiras cidades que visitamos”, contou Branco.

O boletim do Comitê Sindical traz diversos pontos do programa de governo da União do Povo-Muda Brasil, apresentando soluções para geração de emprego, distribuição de renda, reforma agrária, educação e saúde, entre outras.

Como o Boletim acabou, os participantes da caravana acabaram usando os materiais dos candidatos proporcionais que tinham a mão. Os candidatos a deputado estadual e federal que estiverem interessados podem se engajar nas atividades programadas para suas regiões.

RECADADO

Campanha entra em fase decisiva



Jorge Mariano

média empresa e na distribuição de renda, que será a última proposta a ser lançada por Lula.

Depois de ter deixado passar o lançamento dos nossos programas de política agrícola e reforma agrária e a divulgação do nosso programa de saúde, FHC iniciou uma contra-ofensiva.

Quando anunciamos nossos programas de educação e emprego, a "entidade" governo entrou em ação. E fracassou. As propostas apresentadas por Edward Amadeo e pelo presidente e candidato à reeleição, FHC, na verdade não só geraram mais desemprego como foram rechaçadas pela sociedade, obrigando o governo a um recuo em toda a linha.

Infelizmente, e de uma forma vergonhosa, a grande mídia escondeu o fracasso do governo. A chamada "demissão voluntária" e a redução da jornada de trabalho, com diminuição de salário, além da redução do recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o incentivo para o tiquete-refeição nas demissões caíram como uma bomba entre os trabalhadores de carteira assinada e foram repudiadas.

Na área educacional, a pífia e falsa proposta de renda mínima foi desmascarada. Não só pela ação mais uma vez eficiente e di-

reta do nosso senador Eduardo Suplicy, que realizou o seminário internacional, em Brasília, como pela crítica dura que foi feita por técnicos e organismos internacionais à proposta eleitoreira e demagógica de Fernando Henrique, que atingiria só 10% dos brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza, num valor de R\$ 15,00 por mês.

Isso mostra que estávamos certos. Trata-se, agora, de levarmos para o horário eleitoral de rádio e televisão essa disputa política com o governo.

Vamos ainda intensificar a mobilização. Essa é uma eleição que vai depender da nossa capacidade de ir, discutir, disputar o voto na sociedade. Não só pela luta social e mobilização, mas também pela ação da nossa militância, de nossos ativistas, de nossos parlamentares, de nossos prefeitos, de todos aqueles que hoje falam, dialogam e atuam junto à sociedade.

Essa ação tem que ser respaldada por uma clareza dos objetivos programáticos e das propostas alternativas que estamos fazendo para um novo governo.

A questão central é que queremos um novo governo e um novo país; que o Brasil precisa mudar, que somos uma alternativa ao neoliberalismo, a Fernando Henrique Cardoso e



ao modelo econômico que ele implantou; e que representamos um conjunto de forças políticas e sociais e a imensa maioria do nosso povo, que está fora do governo, fora do poder.

Vamos fazer um governo de participação popular, um governo que vai estimular o desenvolvimento com distribuição de renda, ou seja, o crescimento econômico do país e a produção; que vai pôr fim à especulação financeira e que vai resgatar a dívida social de milhões e milhões de brasileiros que estão na miséria e vivem na exclusão.

Trata-se de uma revolução, de mudanças na estrutura social no Brasil. Por isso, a reforma agrária, a reforma tributária, a prioridade absoluta da educação e da saúde, um novo modelo de crescimento, apoiado no mercado interno, na elevação

dos salários, na mudança do perfil da indústria brasileira, na mudança da relação do Brasil com o mundo se impõem.

Para realizar esse governo precisamos fazer alianças. Essas alianças devem se expressar no amplo arco de forças políticas e sociais que envolve inclusive o pequeno e médio empresário para realizar o programa democrático e popular de Lula.

Esta é a hora da disputa na televisão. E o programa do PT tem que expressar a nossa determinação de vencer e de mudar o Brasil, e tem que denunciar o caráter do governo Fernando Henrique Cardoso e o desastre que significa para o país a sua continuidade.

Esse ponto é fundamental. A crise que se aprofunda na Ásia e na Rússia, que ameaça a China, o Japão e a própria economia norte-americana, mostra a

inviabilidade da continuidade da política econômica de Fernando Henrique Cardoso e a irresponsabilidade do governo, que não toma nenhuma decisão por objetivos eleitorais e que pensa poder iludir o Brasil.

Cabe a nós desmascarmos o governo. Mostrar que foi o governo FHC que, desde outubro de 97, não tomou as medidas necessárias para tirar o Brasil do circuito da dependência de capitais especulativos. Ao contrário, aprofundou o déficit público, derrama de impostos, o desaquecimento da economia, e inviabilizou uma alternativa que era possível e só será viável se mudar o rumo da economia brasileira.

Mas, para isso, é preciso mudar quem governa e para quem se governa.

José Dirceu

Presidente nacional do PT

Infelizmente a grande mídia escondeu o fracasso dos programas do governo

ARTIGO

Negócio temerário

A maior parte do nosso sistema telefônico caiu nas mãos dos grupos estrangeiros. Alguns deles de países nos quais não reconhecemos nem experiência, nem tecnologia, nem competência maior que os brasileiros para acionar e explorar esses serviços. Nem mesmo em matéria de capital para esses investimentos. Os grupos nacionais ainda vão com financiamento do BNDES.

A Embratel, "jóia da coroa" do sistema, como disse o próprio comprador, vai para os americanos, que ainda reconheceram que um dos fatores que justificaram a compra é a capacidade de seu corpo técnico de brasileiros.

Pela entrega de todo esse sistema, um dos maiores do mundo, na teoria, receberemos R\$ 22 bilhões (sabe-se lá em que condições). É menos do que o governo investiu no setor nos últimos três anos.

O sistema telefônico foi retalhado, não em nome da descentralização ou dos interesses dos Estados da Federação, mas das conveniências empresariais.

Os jornais, revistas, rádios e televisões foram, em tudo isso, verdadeiros veículos de propaganda do atual governo, difundindo promessas mirabolantes de melhoria de serviços, embora, em matéria de tarifas, a experiência argentina já tenha demonstrado que,



lã, a população passou a ser quase que saqueada, como ocorre agora aqui com o pedágio nas estradas.

Quem quiser um exemplo de como a iniciativa privada é capaz de rapidamente resolver os problemas de telefonia, e com que qualidade, que busque saber o que são os celulares da Banda B, privada, em Brasília. Já estão sendo chamados de Light do celular e, pela má qualidade, só são comprados como única alternativa para quem não consegue um da Telebrasil.

Isso, porém, mal aparece na televisão ou nas páginas da

imprensa. O cinismo é tanto que garantem que um burocrata anônimo, à frente de meia dúzia de fiscais, vai se impor a esses gigantes e garantir que o interesse da população esteja acima dos lucros e das conveniências desses gigantes.

Estamos diante de um dos maiores escândalos da história brasileira. Algo que vai custar muito em atraso e dependência a este país, muito mais do que as migalhas que se arrecadaram no leilão e que, em poucos dias, já terão saído daqui, de volta.

O povo brasileiro, apesar de

toda a tempestade de propaganda que lhe despejam, no fundo está percebendo que esse negócio, feito ao apagar das luzes do governo Fernando Henrique, deve estar ligado a compromissos que esse governo assumiu para manter essa falsa estabilidade do Real, enquanto o país vai se afundando em dívidas, no desemprego, e a população, inclusive a classe média, não sabe mais como fazer para seguir vivendo.

Leonel Brizola

Presidente nacional do PDT e candidato a vice-presidente da República na chapa de Lula na União do Povo-Muda Brasil

NOTAS

Manipulação do noticiário

Em carta aberta divulgada no dia 8 de agosto, os jornalistas presentes ao 28º Congresso Nacional, realizado no Rio de Janeiro, denunciaram que "por meio da indução de idéias, da alienação de preconceitos políticos-eleitorais, da sonegação e deturpação de informações e do não questionamento das informações oficiais, os principais veículos de comunicação do País estão atuando para fa-

vorecer a reeleição do candidato-presidente".

Os jornalistas enfatizam ainda que "esta situação político/partidária da mídia, beneficiando o candidato governista, tem como contrapartida uma cobertura desproporcionalmente inferior e desfavorável, dedicada ao principal candidato das oposições, Luiz Inácio Lula da Silva, o único que pode constituir ameaça à reeleição de Fernando Henrique Cardoso".

Não deixe passar nada

Uma dica importante para esta campanha é não ficar parado e calado diante do ataque tempestuoso e tendencioso dos meios de comunicação. A orientação é que a militância e apoiadores da candidatura Lula respondam, por meio de carta, tudo o que sair distorcido nos jornais, rádios e televisões.

Navegando na campanha

Já está na Internet, funcionando a mil, o site da União do Povo-Muda Brasil, com o seguinte endereço: www.lulanet.org.br. Os internautas podem enviar sugestões, críticas ou acessar vários serviços que estão disponíveis na página.

Passe por lá.

PTnotícias

Jornal do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vera Bueno de Azevedo

MTB 17687

REDAÇÃO

Vera Bueno de Azevedo,
Fernanda Estima, Marcos Palácio,
Carlos Arruda e Enio Taniguti

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Birbo, Beth Lima e
Sonia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Mariano

ILUSTRAÇÕES

Hércules Santos

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-00

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1300

e-mail: comunic@pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos: Bureaugraf

Impressão: Artgraf

PROGRAMA DE GOVERNO

Emprego para os jovens é meta de Lula

A falta de emprego para os jovens é uma das principais preocupações do candidato da União do Povo-Muda Brasil à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

"O que eu fico preocupado com o futuro deste país é que, em 1963, com meu diploma de torneiro mecânico, tinha mais certeza de um emprego do que vocês terão com o diploma universitário", disse Lula no último dia 10, em Belo Horizonte, durante palestra na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. A atividade fez parte da programação da semana temática sobre o emprego.

Mas Lula não está só preocupado com o assunto. Tanto que, em suas diretrizes de programa de governo (cuja íntegra segue abaixo), ele formula diversos projetos para resolver o problema.

Emprego Jovem

Os jovens são os mais atingidos pelo flagelo do desemprego. O baixo nível de escolaridade de grande parte deles torna-se uma desvantagem extra e dificulta ainda mais sua inserção no mercado de trabalho. Três programas básicos serão criados:

A) **Programa Primeiro Emprego**, visando conceder bolsas primeiro emprego para jovens e induzir as empresas, ONGs ou associações interessadas em criar vagas adicionais em seu quadro funcional, para jovens sem experiência profissional. Durante os primeiros seis meses estes rece-

berão as bolsas primeiro emprego por meio de recursos públicos. Decorrido esse período, as empresas (prioritariamente micros e pequenas empresas) ou ONGs assumirão o compromisso de manter esta vaga, às suas custas, por no mínimo 18 meses, favorecendo a formação profissional desses jovens. O programa poderá atender 1 milhão de jovens por ano, ao custo de R\$ 200,00 por mês por jovem, perfazendo um total de R\$ 2,4 bilhões por ano.

B) **Programa de Serviço Civil Solidário**, destinado a jovens que não prestem o serviço militar. Diversas



parcerias poderão ser desenvolvidas com diferentes níveis de governo: federal, estadual e municipal. Também deverão ser gerados convênios com ONGs e associações. Dois sub-programas serão criados visando atingir públicos-alvo distintos. O primeiro, destinado a jovens de baixa escolaridade, tem por objetivo oferecer a possibilidade de elevar a escolaridade formal. O segundo é desti-

nado a jovens de maior escolaridade e que, paralelamente a uma melhoria de condições de acesso ao mercado de trabalho, possam desempenhar atividades de apoio a políticas sociais na área de educação e saúde, combate ao analfabetismo, apoio a famílias carentes e idosos, recuperação ambiental e combate à seca, melhoria de zonas urbanas degradadas. O programa deverá atender cerca de 500 mil

jovens, em regime de semi-internato, pelo prazo renovável de seis meses. Serão concedidas bolsas equivalentes a 1/2 salário mínimo, mais os gastos de alimentação e transporte. Ao custo aproximado de R\$ 200,00 por mês, corresponderá a um total de R\$ 2 bilhões por ano.

C) **Programa de Apoio ao Jovem Trabalhador Rural**, destinado ao jo-

vem agricultor familiar. Seu objetivo é o de favorecer, por meio dos mecanismos de crédito popular, o exercício de outras atividades, além da principal, que é exercida no conjunto familiar. Estas atividades, impulsionadoras do desenvolvimento rural, podem adotar a forma de cooperativas, associações, condomínios ou até mesmo individuais. Tais atividades não desvincularão o jovem de sua família e do trabalho na agricultura familiar, mas favorecerão uma maior valorização de sua formação e força de trabalho, introduzindo novas tecnologias e novas idéias de gerenciamento da produção rural.

Combate às distorções do mercado de trabalho. Existem no mercado de trabalho brasileiro distorções gravíssimas. Por um lado, há escassez de postos de trabalho, em quantidade e qualidade. Por outro, participam desse mesmo mercado segmentos que não deveriam exercer pressão sobre ele. É o caso do trabalho do menor de 14 anos e dos aposentados. São milhões de pessoas: apenas de menores de 10 a 14 anos, cerca de 4 milhões, e 4,4 milhões de aposentados economicamente ativos. Por problemas de renda, ambos os segmentos são forçados, perversamente, a entrar ou permanecer no mercado de trabalho.

“Na educação tudo é prioritário”

No Brasil, onde o presidente é sociólogo e professor, 33 milhões não sabem ler nem escrever e 4 milhões de crianças estão fora das escolas. Leia abaixo a íntegra da Carta Compromisso de Lula para a educação.



Como já disse anteriormente na Carta Compromisso à Nação brasileira, que li no ato de lançamento de minha candidatura à Presidência da República, em Brasília, dia 6 de julho passado, “as elites não foram capazes de arrancar o Brasil da miséria, de apagar o analfabetismo das páginas da nossa história, de assegurar uma alimentação adequada e de criar condições para que todos vivam com saúde”.

Já tive oportunidade de apresentar anteriormente minhas propostas para a agricultura, saúde e para a geração de mais e melhores empregos. Venho agora detalhar como pretendo cumprir meu compromisso de erradicar o analfabetismo dos lares brasileiros, de transformar em realidade o sonho de colocar todas as nossas crianças numa escola de qualidade e de garantir um sistema público de ensino médio e superior de excelência.

Antes de mais nada quero dizer que nós, da coligação de Partidos que compõem a União do Povo Muda Brasil, sentimos orgulho de poder dizer que somos herdeiros de dois dos maiores educadores que este país já conheceu – Darcy Ribeiro e Paulo Freire. E que nossa proposta “MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL” é tributária de suas idéias básicas, segundo as quais a educação é, ao mesmo tempo, uma força libertadora e civilizatória.

É por meio da educação que se formam homens e mulheres livres e conscientes, capazes de intervir efetivamente na construção de uma sociedade justa e democrática.

Nenhum país rompeu a barreira do atraso e do subdesenvolvimento sem um vigoroso esforço de escolarização.

Meu Governo fará da educação um direito inalienável da cidadania e um dever do Estado. Investiremos numa educação de qualidade, visando atender às necessidades da grande maioria da sociedade, a partir de três princípios:

- democratizar o acesso e garantir a permanência;
- democratizar a gestão escolar;
- articular os valores culturais locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas.

Meu governo vai universalizar o ensino fundamental público e gratuito, expandindo o acesso e permanência no ensino médio e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Para que esses objetivos sejam atingidos é necessário aumentar progressivamente os gastos com a educação, de modo que venham a alcançar o dobro dos recursos atualmente investidos na área nas três esferas de governo. O Brasil gasta menos de 4% do PIB na educação, incluindo gastos com capital. Considerando o imenso atraso escolar, o alto índice de analfabetismo e a insuficiência da sua rede física, será necessário pelo menos dobrar esse investimento para colocar em ordem o ensino brasileiro.

Investimento, sim. Os gastos com a educação têm-se revelado um investimento de alta rentabilidade, no caso brasileiro. As estimativas disponíveis apontam para taxas de retorno de 15% a 25% nos vários níveis de ensino e nas diferentes regiões do país. Isso significa que o investimento em educação básica paga-se em um período de cinco a sete anos.

As elites brasileiras insistem em tratar a educação como um custo e não como um investimento. Com isso têm conseguido manter parcela

importante do nosso povo no mais absoluto obscurantismo e ignorância. Essa foi a maneira que encontraram para garantir sua forma perversa de dominação econômica, social e política.

É por isso que temos ainda cerca de 2,7 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, fora da escola. E 17 milhões de analfabetos, de 10 anos ou mais, além das 25 milhões de pessoas que, pela má qualidade do ensino que receberam, podem ser consideradas semi-analfabetas.

Apesar de contar com cerca de 90% de matrículas para crianças de 7 a 14 anos, dados do IBGE mostram que mais da metade abandona a escola ou é vítima da repetência.

O sucateamento da escola atinge a figura do professor, submetido a baixos salários, sem condições de trabalho e com reduzidas oportunidades de formação permanente.

É preciso transformar a escola - hoje distante da comunidade - em um espaço privilegiado, onde as crianças aprendam, os pais participem ativamente de sua gestão e a comunidade usufrua de suas instalações para atividades culturais e esportivas.

Professores e funcionários bem remunerados disporão de salas adequadas, laboratórios e bibliotecas para realizar seu trabalho pedagógico, assim como do tempo necessário para sua formação em serviço.

Com isso, a passagem pela escola deixará de ser uma formalidade. Ela dará aos estudantes autonomia e poder criativo para que possam aprender a aprender. Como observou Eistein, o valor da educação está no treinamento da mente para conceber coisas novas e não na capacidade de repetir o que aprenderam na escola.

Como o papel dos educadores nesse processo é insubstituível, é necessário implantar uma política de valorização dos trabalhadores da educação. Para isso, o governo da União do Povo definirá democraticamente carreiras profissionais que garantam a formação permanente em serviço. Além disso, proporá um piso salarial para os funcionários da educação dos Estados e municípios, para corrigir as atuais distorções de termos professores ganhando até mesmo menos do que um salário mínimo.

Esses elementos são fundamentais para que se vá implantando, gradativamente, a escola de tempo integral no país, com as especificidades que cada uma das distintas regiões do país requer.

Ancorado nesses princípios, quero desde já estabelecer alguns compromissos com o povo brasileiro, no que diz respeito à educação.

Assumo o compromisso de ampliar o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino.

Queremos dar ao jovem de hoje a mesma chance de estudar numa escola pública de qualidade que tiveram no passado Antônio Cândido, Florestan Fernandes e tantos outros homens e mulheres notáveis deste país. Só assim será possível garantir uma maior igualdade de oportunidades, base da mobilidade social de uma nação efetivamente democrática, independentemente de que sejam filhos de pobres ou de ricos, de índios, amarelos, brancos ou negros.

Assumo o compromisso de garantir, em parceria com os governos Estaduais e Municipais, a efetiva permanência da criança em tempo integral numa escola de qualidade, que lhe permita além de aprender, ter uma assistência médica e odontológica adequada e também tomar o seu café da manhã, almoçar e jantar todos os dias do ano.

Assumo o compromisso de estender o Programa da Bolsa-Escola, já adotada em governos dos partidos da União do Povo, a todo o país.

A permanência dos estudantes na escola exige não apenas a transformação qualitativa desta, mas também a criação de condições econômicas para que as famílias possam efetivamente manter seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho, até os 16 anos, como prevê a nossa Constituição Federal.

Assumo o compromisso de garantir os princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No meu governo, as Universidades Públicas serão reconhecidas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país. Elas terão um papel funda-

mental na discussão, elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Como já disse por ocasião da apresentação da nossa programa de Ciência e Tecnologia, na 50a. Reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, que se realizou em julho, em Natal, a **Universidade Pública** terá um papel fundamental na discussão e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico, pois ela é hoje a responsável pela quase totalidade da produção científica nacional.

A **autonomia universitária** será um valor fundamental no governo da União do Povo. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe à Universidade desenvolver um pensamento crítico, sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos.

No meu governo, a Universidade terá assegurada as condições materiais necessárias para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas.

Implantaremos uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades.

Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

O meu governo respeitará a escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Assumo o compromisso de ampliar a rede pública do ensino superior, expandindo as vagas na rede pública, especialmente no curso noturno, com ampliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional.

Assumo o compromisso de implantar, a curto prazo, normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação. Não permitiremos o funcionamento dessas fábricas de diplomas, que apenas iludem aqueles que querem aprender.

Assumo o compromisso de ampliar o Programa de Crédito Educativo, especialmente para os estudantes das instituições privadas de ensino, estabelecendo prazos de ressarcimento condicionados à situação econômica do beneficiário, após a conclusão do curso. Ampliaremos as bolsas de estudo para incentivar a dedicação integral dos estudantes e sua iniciação científica.

Assumo o compromisso de aumentar os recursos públicos federais para ampliar o atendimento das creches. Dada a impossibilidade de uma universalização imediata desses serviços, serão implantados convênios envolvendo os municípios e as empresas privadas, visando assegurar o cumprimento da legislação que garante o direito às trabalhadoras de

deixarem seus filhos nas creches.

Meu governo mobilizará recursos materiais e humanos envolvendo toda a sociedade por meio de um grande movimento visando a superação do analfabetismo e a abertura de novos horizontes culturais para os jovens e adultos analfabetos. Será construída uma rede envolvendo diferentes instituições públicas e privadas, assim como educadores devidamente preparados para oferecer a esse setor da sociedade o acesso à leitura e às várias manifestações da cultura.

O governo da União do Povo dará especial atenção à manutenção e melhoria do ensino técnico federal, garantindo uma articulação entre educação científica e a sólida formação humanística.

Assumo o compromisso de reorganizar os Conselhos Nacional, estaduais e municipais de educação com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras do sistema de ensino.

No meu governo vamos criar Fóruns nacional, estaduais e municipais de educação para definir diretrizes, acompanhar e avaliar as políticas e planos de educação.

O governo da União do Povo tratará a **Educação especial** como modalidade de educação regular, buscando gradativamente dar à rede escolar a capacitação física, pedagógica e na área de saúde para acolher todos os estudantes.

Finalmente, quero reafirmar os compromissos que assumi na minha carta aos agricultores e trabalhadores rurais, de garantir o ensino básico e recuperar o ensino técnico para os jovens do campo.

Meu governo vai implantar um sistema de bolsas que permita aos jovens das famílias rurais mais pobres dedicarem-se integralmente aos estudos. Estimularemos as escolas rurais a adaptarem sua estrutura curricular às condições locais e cuidaremos para que tenham instalações e equipamentos adequados, da mesma qualidade dos que serão proporcionados às escolas urbanas.

Repito, mais uma vez, que não consolidaremos a democracia brasileira sem garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação, porta de entrada para a cidadania. E não se pode implantar democraticamente qualquer política pública sem o necessário respaldo dos setores majoritários da sociedade que por ela serão afetados.

Ao assumir esses compromissos, quero convidar todos os brasileiros e brasileiras a contribuírem com suas críticas e sugestões, para forjar um grande projeto educacional capaz de colocar nosso país à altura dos grandes desafios deste fim de milênio.

A educação será o elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática, soberana e solidária.

ESTADOS

Rio Grande está com o bloco 13 na rua

Lotar o ginásio municipal de esportes de Porto Alegre, no lançamento do programa pela Educação é um dos objetivos da Frente Popular no Rio Grande do Sul. No Estado, a coligação une PT, PSB, PC do B e PCB e a campanha tem sido marcada por fatos políticos semanais, caminhadas e visitas pelo interior do Estado.

Nas duas últimas semanas de julho, os candidatos Olívio Dutra (governador), Miguel Rossetto (vice) e José Bisol (senador) lançaram as metas para agricultura e pequena propriedade e de geração de emprego. Na primeira semana de agosto, foram lançadas as metas para a Saúde. Nesta semana, haverá dois lançamentos: o programa para Educação no ginásio Tesourinha (em homenagem a um jogador de futebol dos anos 40 e 50 do Internacional, Vasco da Gama e Grêmio) e o programa para a Cultura. No mesmo ato da apresentação do progra-

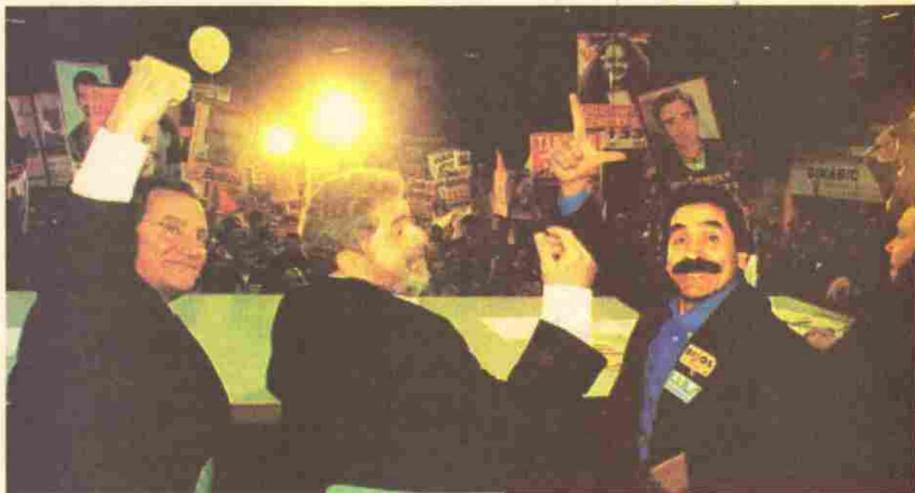
ma para a Cultura, um grupo de 500 artistas e intelectuais gaúchos lança um manifesto em apoio à candidatura de Olívio Dutra.

Cada lançamento de programa é acompanhado de visita a setores da área. O da Saúde, por exemplo, foi feito na Associação Médica estadual, seguido de visita ao Hospital de Pronto Socorro. O programa para agricultura foi apresentado às associações de pequenos proprietários e cooperativas de assentados. O programa de geração de empregos, na Sociedade de Economia.

Até o dia 28 de agosto, acontecerão nove comícios com Olívio nos municípios gaúchos. Sempre em finais de tarde, são chamados de comícios regionais, por reunirem simpatizantes de cidades vizinhas são o encerramento de roteiros que a chapa majoritária realiza. Servem como preparativo da militância ao comício de Porto Alegre, dia 28, anunciado como

o primeiro grande comício de campanha. Além disso, há diversas atividades propostas pela Coordenação de Mobilização. Uma delas é o PINTE o 13: na quinta-feira, dia 13, todo o Estado deverá amanhecer pichado com o número 13. Outra são as caminhadas às sextas-feiras, em Porto Alegre. Uma tradição iniciada em 1988, quando Olívio Dutra elegeu-se prefeito da cidade.

Desde abril, Olívio Dutra, Miguel Rossetto e José Paulo Bisol já visitaram mais de duzentas cidades gaúchas. São números provando uma única coisa: nossa campanha está na rua. A Caminhada pelo Emprego, dia 30 de julho, reuniu mais de cinco mil pessoas no centro de Porto Alegre. "Este é o momento de colocar nossas bandeiras nas ruas", diz o presidente do PT gaúcho, Júlio Quadros. "Cada um de nós tem que ser tão candidato como somos eu, o Rossetto, o Bisol e os nossos candidatos proporcionais", é a fra-



Para Olívio Dutra, "eles vão gastar milhões de reais em publicidade, nós somos milhares de militantes"

se que Olívio Dutra tem repetido em todos os roteiros e que tem motivado os militantes e simpatizantes. É a nossa maneira de realizar a disputa eleitoral do dia 4 de outubro. Até lá, são 52 dias de campanha eleitoral: momento onde serão decisivas nossa vibração, garra e cora-

gem. Vamos enfrentar a máquina do governo, a mentira oficial e alguns jornalistas que sistematicamente distorcem as informações. Mas estas coisas nunca nos assustaram, nem vão assustar agora.

Falta menos de dois meses para derrotar Britto e FHC. Por

isso, é hora de bandeira na rua, bottom no peito, cartazes e pichações em muros e painéis.

Os gaúchos afirmam que vão enfrentar e vencer esta guerra, afinal, como diz Olívio: "Eles vão gastar milhões de reais em publicidade, nós somos milhares de militantes".

Na terra do boi, Zeca do PT no 2º turno



Lula com Zeca do PT, segundo colocado nas pesquisas e que vai para o segundo turno no Mato Grosso do Sul

No Mato Grosso do Sul, terra do boi e do pantanal, a coligação "Muda MS" (encabeçada pelo PT) está se colocando como alternativa concreta para o go-

verno estadual. O candidato a governador, José Orcírio Miranda dos Santos, mais conhecido como Zeca do PT, está em segundo lugar nas pesquisas

divulgadas, mantendo um patamar de intenções de votos em torno de 25%.

A frente tem como candidato a vice-governador Moacir Kohl,

que é do PDT e para o Senado lançou Carmelino Rezende, do PPS. Também fazem parte da coligação o PCdoB, PAN e PSB.

Todas as pesquisas têm indicado a viabilidade eleitoral da coligação democrática e popular no Mato Grosso do Sul. Para Zeca do PT isso ocorre devido ao desgaste dos partidos que tradicionalmente têm administrado o Estado.

O candidato que está em primeiro lugar, Pedro Pedrossian (PTB), está disputando o seu quarto mandato para governador. Já o terceiro colocado, Ricardo Bacha (PSDB), é o continuímo da atual administração de Wilson Martins (PMDB), do qual foi Secretário da Fazenda. Ambos apoiam a reeleição de FHC. A alternância no poder entre dois grupos políticos da oligarquia local tem sido

desastrosa para o Estado, que tem hoje uma dívida de 2,5 bilhões de reais.

Mesmo com poucos recursos materiais, a candidatura de Zeca do PT tem mantido o segundo lugar e começa a empolgar a militância e simpatizantes dos partidos de esquerda. É que a possibilidade de ir ao segundo turno é real. O candidato do PSDB, Ricardo Bacha, não tem conseguido deslanchar nas pesquisas, apesar de toda a estrutura colocada em sua campanha, com o apoio do governador e do prefeito de Campo Grande. Sem falar na ampla cobertura dos meios de comunicação, que têm fechado espaços para o PT. Artistas como Netinho, Elba Ramalho, Roberta Miranda, Gian e Giovanni, Almir Sater e grupo Cara Metade já se apresentaram no Estado nos comí-

os da coligação PSDB-PMDB. É uma tentativa desesperada para fazer o candidato "decolar" e conseguir superar o PT na disputa pelo segundo turno.

Zeca do PT, em 1996, concorreu à prefeitura de Campo Grande. Ganhou, mas não levou a fraude e a compra de votos deram uma vantagem de menos de 1% para o atual prefeito. Um processo de mais de 3.000 páginas tramita na Justiça, inclusive com análises de peritos comprovando a falsificação de assinaturas. Zeca acredita que o impacto da eleição de 96 vai se fazer sentir em 4 de outubro, pois aquela disputa foi um marco na história política do Estado. Na opinião de Zeca, a esquerda mais uma vez deve polarizar o pleito e tem possibilidades reais de ganhar.

PROER

Calote com dinheiro público

A população não sabe. A imprensa calou. E FHC continua sorridente em seus milhares de out-doors espalhados pelo Brasil afora. Só pode estar rindo da gente...

E tem motivo para rir FHC e seus aliados. Afinal de contas, conseguiram salvar os banqueiros amigos com dinheiro público, enquanto os problemas sociais se agravam a cada dia para a imensa maioria da população brasileira.

O Proer foi criado há três anos pelo Banco Central e socorreu, até hoje, oito bancos, cobrindo prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões.

O único meio de comunicação que trouxe a tona um dos

maiores calotes aplicado por FHC com dinheiro público foi a revista IstoÉ: Econômico, Nacional, Bamerindus e outros bancos deixaram de honrar empréstimos superiores a R\$ 10 bilhões, anunciou a revista.

Só para se ter idéia do tamanho do rombo, a dívida dos pobres baqueiros chega perto do valor mínimo, estipulado também pelo governo tucano, para a venda do sistema Telebrás.

Segundo denúncia da IstoÉ, o Banco Nacional deu calote de R\$ 4,98 bilhões, deixando de pagar um empréstimo que venceu em 13 de novembro de 1996. O Banco Econômico não pagou R\$ 2,9 bilhões e o Bamerindus, deve R\$ 3 bilhões.

Talvez a tolerância com os devedores se deva às relações quase íntimas entre governo e estas instituições financeiras. O senador Antonio Carlos Magalhães foi um dos maiores interessados no saneamento do Econômico; o Nacional pertencia à família Magalhães Pinto, que já teve relações familiares com FHC; o senador Andrade Vieira foi um dos donos do Bamerindus.

É o governo FHC fazendo bonito com o chapéu alheio, beneficiando os ricos e deixando o restante ao deus dará.

Com esse rio de dinheiro o governo poderia ter aliviado em muito a situação do brasileiro construindo, por exem-

plo, 2,5 milhões de casas populares no interior de São Paulo; cobrindo uma vez e meia o déficit que o INSS estima para 1998; bancando quase oito anos de programa de combate à seca no País; pagando metade dos gastos do governo na Saúde em 1997.

E mesmo sendo o rombo algo inimaginável para os padrões de miséria do nosso país, o presidente, do topo de sua peculiar arrogância, declara que não deve satisfação ao Congresso Nacional com relação ao valor real do calote e as providências que deveria tomar para garantir, no mínimo, respeito pelo dinheiro público.

Conclusões de um rombo anunciado

1) Os problemas envolvendo o Banco Econômico e o Nacional poderiam ter sido atenuados ou mesmo evitados, caso o Banco Central tivesse cumprido sua função de órgão fiscalizador do sistema.

2) Apesar de a legislação em vigor garantir somente os depósitos até o valor de R\$ 5

mil, o governo decidiu pagar todos os correntistas do Banco Econômico, numa atitude considerada ilegal pelos membros do Ministério Público.

3) O caso do Banco Nacional foi a demonstração mais cabal da inoperância do Banco Central em prevenir problemas no sistema financeiro.

4) O Banco do Brasil e Caixa

Econômica, por diversas vezes, foram forçados a conceder empréstimos a instituições financeiras em situação pré-falimentar.

5) No caso do Bamerindus, fica demonstrado, na ação penal movida pelo Ministério Público do Distrito Federal, que os dirigentes do Banco Central agiram de forma ilegal e com improbidade administrativa.

6) Ao mesmo tempo em que adota, reiteradamente, o expediente de favorecer instituições financeiras, a Autoridade Monetária não se constrange em estabelecer um ônus insuportável ao caixa do Tesouro.

Fonte: Gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados

Comício no Distrito Federal reúne 3.500 pessoas



O primeiro comício da Frente Brasília Popular na cidade de águaatinga aconteceu na quarta-feira, dia 12. Aproximadamente 3.500 pessoas estiveram na Praça do Relógio, a partir das 18h. O som foi da banda Trem das Cores. O senador Eduardo Suplicy prestigiou o evento.

LULA
13 PRESIDENTE
VICE: BRIZOLA